



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

1 Ata da Reunião da 1ª (primeira) Audiência Pública (Cobrança de Taxa para  
2 Utilização das Cachoeiras do Sana) do 1º (primeiro) Período Legislativo de dois e  
3 mil e dezessete da Câmara Municipal de Macaé, Estado do Rio de Janeiro. Aos  
4 dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, na Sala das Sessões, às  
5 dez horas, assumiu a Presidência o Vereador Dr. Márcio Soares Bittencourt. O Sr.  
6 Presidente iniciou a sessão dizendo que fez um Requerimento para que as pessoas que  
7 trabalham nesta Casa possam ser vacinadas contra a Febre Amarela, no próprio Setor  
8 Médico da Câmara. Acrescentou que foi feito também um outro Requerimento para que  
9 a vacinação seja estendida às escolas. Convidou para compor a Mesa os Vereadores: Dr.  
10 Eduardo Cardoso Gonçalves da Silva (Dr. Eduardo), Alan Mansur Pereira (Alan Mansur),  
11 Luciano Antônio Diniz Caldas (Luciano Diniz), Marvel Paolino Maillet (Marvel Maillet),  
12 Luiz Fernando Borba Pessanha (Dr. Luiz Fernando), Valdemir da Silva Souza (Val  
13 Barbeiro) e demais convidados: Leonardo Anderson da Silva (Secretário Adjunto de  
14 Turismo), Lívia Souza (Subsecretária de Ambiente), Maurício Saes (Secretário Executivo  
15 do SANAPA), Helena Lopes de Almeida (Membro da Comissão de Meio Ambiente da  
16 OAB), César Romero (Chefe da APA do SANA), Bruno Szuchmacher (Coordenador da  
17 Câmara Técnica – Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e de Rio das Ostras),  
18 Rodolfo Coimbra (Secretário Executivo do COMMADS), Márcio Nascimento da Silva,  
19 Alexandre Hadad, Gabriel Lima (Secretaria de Ambiente), Dra. Mariana Meireles,  
20 Cristiano Peçanha, Aline Narezzi (Representante da OAB), Maria Inês Paes Ferreira  
21 (Vice-Presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e Rio das Ostras. O  
22 Sr. Presidente agradeceu aos Vereadores desta Casa pela aprovação desta Audiência  
23 Pública, na presença dos Vereadores Marvel e Alan. Fez a leitura da convocação desta  
24 Audiência Pública. Convidou todos, para de pé, executarem o Hino Nacional e o Hino de  
25 Macaé. O Sr. Presidente disse que o Sana é uma localidade de enorme importância para  
26 esta Cidade pelas suas belezas naturais. Macaé é uma cidade de mar e serra, um meio  
27 ambiente lindo, que é preciso aprender a explorar comercialmente para acabar com a  
28 dependência exclusivamente do petróleo neste momento. O país vive hoje uma crise de  
29 desemprego gigante, especificamente na Cidade de Macaé, por isso precisa explorar o  
30 que tem de melhor, como o Rio Macaé, Cachoeiras do Sana, Bacia de Jurubatiba, podendo  
31 fazer um desenvolvimento sustentável nesta Cidade. O Sr. Presidente colocou que cada  
32 representante terá dez minutos para fazer uso da palavra. Márcio Tororó iniciou  
33 agradecendo a presidência por convocar esta Audiência Pública para um assunto de  
34 tamanha relevância dentro deste Município. Falou que fará apresentação de um *slide* para  
35 que todos entendam as duas faces de uma moeda e tirem suas próprias conclusões. Iniciou  
36 apresentando o primeiro *slide* com o título “Cachoeiras do Sana, Direito de todos”;  
37 Proposta de Regulamentação e Gestão Democrática para o uso dos atrativos naturais na  
38 Bacia Hidrográfica do Córrego Peito do Pombo. O Segundo *slide* faz uma abordagem  
39 sobre “Sustentabilidade”, cujo conceito é o uso racional dos recursos naturais para suprir  
40 as necessidades atuais e gerações futuras. O terceiro *slide* fala sobre o “Estado de Direito”,  
41 abrangendo o direito de propriedade, garantido constitucionalmente, não é absoluto;

Página 1 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

42 proprietário é aquele que detém o poder de usar, cuidar e dispor do bem público e ainda  
43 protegê-la de quem quer que a detém injustamente; os limites de liberdade e propriedade  
44 tem como fundamentos bem-estar coletivo; o estado pode intervir com supremacia,  
45 visando ao interesse público e o bem-estar social, satisfazendo às exigências coletivas e  
46 reprimindo as condutas que visam ao individual ou ao antissocial; as intervenções do  
47 Estado na propriedade privada devem obedecer aos requisitos de necessidade pública e  
48 utilidade pública; interesse social; indenização justa. Especificou as Leis: 4132/62;  
49 6513/77; 2172/11 e a 6589/13. Comentou a caracterização da área, explicando através de  
50 um mapa toda a trajetória que dá acesso ao caminho para chegar às Cachoeiras e atrativos.  
51 Falou sobre a caracterização ambiental e econômica, ressaltando que a área temática é  
52 fomento do desenvolvimento econômico do Distrito, que embora tenha estrutura, não está  
53 regulamentada por falta de competência do Poder Público em não assumir para poder  
54 arrecadar impostos e investir na Região. Explicou que o espaço social "CRIA SANA"  
55 tem sido um local de sustentabilidade da comunidade. Abordou a caracterização social,  
56 explicando que ela é importante, porque é o interesse e os direitos sociais. Relatou as  
57 datas que podem comprovar de quando chegou na Região. A partir dos anos noventa  
58 houve um fortalecimento do Movimento Ambiental. Em noventa e quatro foi feito o  
59 primeiro Projeto que buscava a ordenação dessas áreas, sempre com o propósito de  
60 disseminar a Educação Ambiental. Em noventa e cinco esse Projeto gerou a criação do  
61 Grupo de Defesa Ecológica – Pequena Semente, nascendo dele vários projetos com o  
62 mesmo objetivo. Ainda dentro desse ano a organização fez o primeiro projeto dentro da  
63 proposta de ordenamento do Corpo Hídrico. Falou sobre a Administração atual (decisão  
64 unilateral) e fez a leitura da Proposta de Gestão, falando sobre a regularização da  
65 cobrança, constituição administrativa de serventia de passagem; na Política Pública –  
66 regulamentar o uso público dos acessos e dos atrativos naturais na bacia; constituir  
67 comissão gestora – criar e regulamentar instrumento de Gestão e Administração; criar um  
68 fundo para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de patrocinar programas e  
69 projetos socioambientais na APA do Sana; incluindo considerações finais, acrescentando  
70 a frase "tum, tum, tum, ...Bate o coração da terra...tum, tum, tum... Nosso coração bate  
71 com ela...", que o direito social seja garantido. Alexandre Hadad, proprietário do Sítio  
72 Bambu, saudou todos e disse que se sente orgulhoso ao falar desse Sítio, porque essa  
73 história começou há muitos anos quando, em noventa e seis, sua pessoa participou das  
74 Olimpíadas em Atlanta, e ao retornar às Cachoeiras de Sana, ficou sabendo que estavam  
75 vendendo o Sítio Bambu. Agradeceu ao Jorge Jesus, que foi fundamental, juntamente  
76 com sua irmã, nessa questão, pois, na época, morreu o proprietário desse sítio e havia  
77 trinta e quatro herdeiros, e graças a ele esse o sítio não foi loteado, mas vendido, e hoje  
78 não haveria mais acesso aos rios. Então, juntaram quatro cheques e compraram o Sítio  
79 Bambu da família Jesus. Desde então, o sítio tem a servidão do caminho do Peito de  
80 Pombo, mas sempre foi controlado por porteiros e cercas. A partir daí, houve um  
81 crescimento descontrolado, porém nunca fez questão de cobrar nada, mas vê as ONG's  
82 pegando dinheiro público. Houve licitações, mas nada foi feito. A ONG que ganhou, não

Página 2 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

83 poderia ter participado, porque é membro do CBH. Disse que receberam cento e noventa  
84 e sete mil e nada fizeram. O que viram, foram três a quatro mil pessoas dentro da área  
85 sem banheiro e sem condições de uso das Cachoeiras. Informou que em janeiro do ano  
86 passado fizeram um acordo com a SEMA – Secretaria de Meio Ambiente, com a  
87 Secretaria de Turismo, tudo feito dentro do SANAPA, vários Presidentes de Associações  
88 do Sana e o Presidente do Futebol Clube do Sana, para bloquear esse turismo  
89 descontrolado. Em dois mil e dezesseis deram entrada no Alvará da Regularização do  
90 Turismo dentro dessa área, o que permitiu fazer essa cobrança que teve início no dia vinte  
91 de janeiro, e o imposto correspondente está sendo recolhido para Macaé, com base no  
92 valor de R\$ 5,00 (cinco) por pessoa. Com isso, melhoraram a infraestrutura para que o  
93 turista tenha melhores condições. Enfatizou que foi bom o Edmilson ter ido ao Sítio com  
94 o Secretário de Ambiente no intuito de fiscalizar para dar o alvará definitivo, e não  
95 encontrou nenhuma irregularidade. A partir dessas cobranças, passou a ser ameaçado de  
96 morte. Contudo, receberam nesse Carnaval três mil pessoas, enquanto no Carnaval  
97 anterior, receberam mais de sete mil, ou seja, está reduzindo o volume de pessoas que  
98 frequentam essa área. O Sítio Bambu, hoje, está constituído por agentes de turismo,  
99 microempreendedores individuais, porém não está entendendo, porque foi colocado na  
100 petição que está sendo cobrado o valor de dez reais para entrada no Sítio Bambu.  
101 Informou que o turismo no Sana tem que ser normatizado, e são poucos os legalizados,  
102 munidos de alvará, nota fiscal e pagando imposto, com pessoas qualificadas trabalhando  
103 lá dentro. Reportou-se ao Luizinho Castro, Patrick, que trabalharam em dois mil e onze  
104 quando foi feita a primeira monitoria que deu certo, fazendo um trabalho junto com a  
105 Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Turismo. Enfatizou que se não fosse o  
106 Luizinho, no dia primeiro de janeiro iria morrer o primeiro da “Mãe”, porque ele retirou  
107 um garoto desacordado de dentro da Cachoeira Mãe, que em seguida entrou em  
108 convulsão, e levou vinte minutos para se reestabelecer. Foi a partir desse dia que  
109 formaram essa equipe, comandada por esses monitores. Demonstrou algumas fotos de  
110 algumas cachoeiras frequentados pela criançada, e ressaltou a importância da segurança  
111 no local. Mostrou a foto dos monitores fazendo curso pela Defesa Civil, que sempre foi  
112 parceira para tomar conta dessa área. Ressaltou a experiência de Patrick, por ter sido  
113 criado naquela área e hoje, é Presidente do Time de Futebol do Sana. Comentou que esse  
114 patrimônio tem que ser muito bem cuidado, por isso a importância de limitar a visitação,  
115 não vendendo mais que mil e duzentas pulseiras por dia, pois já ocorreram vários  
116 acidentes. Estão isentos os menores, os idosos e outros. Disse que estão colocando placas  
117 nas áreas, fazendo limpeza nos rios, limpando as trilhas, todo um trabalho sendo  
118 organizado por quem vive lá dentro. Fez apresentação do Jorge de Jesus que foi graças a  
119 ele que puderam salvar aquela área de ser loteada. Agradeceu a monitoração de dois mil  
120 e onze, que foi responsável por todo um trabalho diferenciado para que pudesse ser  
121 preservada essa área. Graças ao Sana Futebol Clube por ter uma boa parte do pessoal  
122 trabalhando, Vicente Klonowski, que foi o primeiro a abrir a trilha para a Cachoeira Mãe,  
123 grande ambientalista. Registrou que já têm dois anos que a água que chega ao Sana, sai

Página 3 de 14





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

124 do Sítio Bambu e que o prazo seria de noventa dias, mas até hoje não foi concluído.  
125 Portanto, todo o trabalho feito naquela Região é realizado por uma equipe que tem  
126 orgulho de estar comandando. Agradecimento ao Erick da Secretaria de Turismo por ter  
127 dado um suporte também. Disse que não precisaria estar no Sana hoje, mas que voltou  
128 para continuar o que começou há vinte anos para manter o Sítio Bambu com qualidade e  
129 condições ecológica. O Sr. Presidente agradeceu a presença do Vereador Dr. Luiz  
130 Fernando, que mesmo após passar por um procedimento médico, não deixou de vir  
131 participar desse debate importante, e ao Dr. Eduardo que está presente na Casa. Lívia  
132 Souza pediu desculpas pela ausência do Gerson, Secretário, porém não pôde estar  
133 presente para tratar alguns assuntos do Ministério Público Federal. Agradeceu a presença  
134 da Comunidade do Sana que se dispuseram a vir até aqui. Enfatizou que o Poder Público  
135 não está ausente no Vale Peito de Pombo. Falou que a monitoria é feita com base na  
136 Secretaria de Ambiente, no início das cachoeiras. Hoje, o monitoramento é feito de  
137 segunda a segunda, tem o Chefe da APA do SANA, César Romero, quatro monitores  
138 trabalhando, inclusive, nos finais de semana e feriados, e que fazem o acompanhamento  
139 e execução da Resolução 004 do COMMADS que versa sobre o controle de visitantes e  
140 a retenção de materiais que os visitantes conduzem e que não são permitidos nas áreas  
141 das cachoeiras. Hoje, os monitores recebem os visitantes na trilha, eles assinam um livro  
142 de controle, especificando seu nome o local de origem, e nesse momento é feita  
143 abordagem sobre educação ambiental e informação. O material recolhido fica na base e  
144 no final, o visitante faz a retirada desse material para levar de volta para casa. O controle  
145 é feito diariamente, sendo que desde dois mil e treze verifica-se um aumento na visitação,  
146 principalmente no período de janeiro a março. Em janeiro de dois mil e dezessete até  
147 ontem já receberam cerca de trinta mil, novecentos e cinquenta visitantes. Dependendo  
148 da festividade, a frequência de visitantes pode chegar a sete mil num final de semana.  
149 Com relação à cobrança da visita ao Sítio Bambu, foi solicitado ao PROGEN um respaldo  
150 jurídico sobre essa questão da atividade que é desenvolvida nesse local, porém ainda não  
151 tem resposta. O Sítio Bambu é acompanhado diariamente, fiscalizado pelo plantão de  
152 fiscais e pelo Coordenador Edmilson, que se encontra presente. Informou que a Resolução  
153 004 do COMMADS é para regulamentar o uso dos atrativos naturais no Vale do Peito de  
154 Pombo. Esse assunto também está sendo acompanhado pelo Conselho Gestor. Reforçou  
155 que o Poder Público está presente nas Cachoeiras do Sana e apoiando os visitantes e  
156 moradores. Aline Narezzi explicou que essa comissão é recente e é um marco histórico  
157 essa participação. Helena Lopes falou que a Comissão de Meio Ambiente foi instituída  
158 na Décima Quinta Subseção, no ano passado, e suas atribuições são: defender a ordem  
159 jurídica, aplicação das leis, inspecionar locais, onde há notícias de violação ou agressão  
160 ao meio ambiente, além de orientar e conscientizar a população sobre a proteção do meio  
161 ambiente, principalmente sobre utilização dos meios legais. Atendem às requisições feitas  
162 pelos diversos seguimentos da sociedade. Nesse caso específico, a OAB vai atuar na  
163 observância do cumprimento legal e na intermediação da relação entre o Poder Público e  
164 a sociedade, visando sempre ao interesse social, orientando sob o ponto de vista legal a

Página 4 de 14

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº, Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ, CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

165 tomada das decisões. Como já foi demonstrado sobre o *slide* do Márcio, no tocante aos  
166 bens públicos, a Constituição Federal, Código Civil e o Código de Águas já especificam  
167 quais são esses bens e dentre eles estão: os lagos, os rios e qualquer corrente de água em  
168 terreno de seu domínio. A área em questão é considerada com certeza um bem público.  
169 Aline Narezzi disse que a Cachoeira em questão é um bem público e existe o interesse  
170 público declarado, porque o Sana foi constituída como APA em dois mil e um, houve  
171 também um convênio da Pequena Semente em dois mil e quatro. O COMMADS também  
172 editou a resolução 004, portanto, é claro o interesse público naquela área, porém, em  
173 contrapartida, existe o interesse particular. Com relação a isso, leu o primeiro Artigo da  
174 Lei Estadual nº 6.589/2013, que diz que não pode haver vedação ao acesso ao bem  
175 público pelo particular. Quanto à legalidade da cobrança, o Artigo primeiro da lei estadual  
176 veda, e quanto ao alvará, vão oficiar à Secretaria de Ambiente no sentido de adquirir  
177 algumas informações. Informou que sobre a propriedade, a OAB não tem ciência ainda  
178 se o RGI (Registro Geral de Imóveis) está averbado no nome da pessoa que diz ser o  
179 proprietário. De acordo com o Artigo 1255 do Código Civil, a pessoa que cobra a taxa  
180 precisa comprovar a propriedade, então a OAB precisa dessas informações. *Bruno*  
181 *Szuchmacher saudou todos e falou que tem propriedade no Sana há quarenta e sete anos,*  
182 *sendo que morou dezesseis no Vale do Peito de Pombo e reside no Arraial do Sana desde*  
183 *dois mil e nove. Informou que a trilha de acesso às cachoeiras é extensa e pode levá-los*  
184 *a outros locais, inclusive aos municípios de Nova Friburgo e Bom Jardim. Esses trechos*  
185 *ainda exibem um bioma de mata atlântica exuberante, flora, fauna, água e sol,*  
186 *ingredientes que cultivam o corpo hídrico, denominado Córrego do Peito de Pombo,*  
187 *ambiente que pode ser preservado. Há anos que a manutenção desse ecossistema está*  
188 *por conta de seus proprietários e moradores do Vale que tentam introduzir melhorias.*  
189 *Complementou dizendo que o Poder Público é ausente e tentativas de desapropriação*  
190 *resultam em prejuízo local. Ressaltou que o proprietário que tem em sua propriedade o*  
191 *banho de rio recreativo, tem todo o direito de ganhar financeiramente por isso. A*  
192 *cobrança do uso esportivo-recreativo desses ambientes aquáticos é prática corriqueira*  
193 *em todo o Brasil. Contudo, os proprietários devem implementar ações sustentáveis e*  
194 *socioambientais nesse corpo hídrico do Peito de Pombo. Disse que tem notícias de raras*  
195 *ações pelo Poder Público como a trilha para chegar às Cachoeiras Pai e Mãe criada em*  
196 *dois mil e dez, a retirada de água do Vale Peito do Pombo para atender ao Arraial do*  
197 *Sana em dois mil e quinze, o controle da entrada de turistas nas Cachoeiras do Escorrega*  
198 *Pai e Mãe. Há anos os proprietários e moradores se empenharam em projetos que iriam*  
199 *contribuir para o local, porém alguns estão engavetados pelo Poder Público, como*  
200 *exemplo: energia solar em dez residências na APA do Sana; plantio de mandioca*  
201 *associado às Casas de Farinha movidas à água do rio. Existem situações mais sérias que*  
202 *requerem uma audiência pública na APA do Sana do que a cobrança nas Cachoeiras,*  
203 *principalmente, em se tratando de área particular. Referiu-se ao Vereador Dr. Márcio*  
204 *Bittencourt que ocupa pela primeira vez a Câmara de Vereadores, e comentou o seu*  
205 *conhecimento sobre as questões socioambientais na APA, mas um ponto é muito grave,*

Página 5 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO**

206 *a falta de mão de obra para os jovens que acabam de completar o Ensino Médio. Os que*  
207 *possuem família em boas condições tentam faculdade em Macaé, porém os outros que*  
208 *não têm a mesma possibilidade trabalham no comércio local ou na agricultura. Explicou*  
209 *que defende o Projeto do Sítio Bambu, porque ele preenche uma lacuna deixada pelo*  
210 *desemprego. Nesse quesito de geração de renda, absorveria vinte e dois jovens*  
211 *moradores locais. Além das contrapartidas apresentadas, a propriedade se compromete*  
212 *com os órgãos de gestão ambiental, tais como: o CBH (Comitê de Bacia Hidrográfica*  
213 *dos Rios Macaé e das Ostras), o Conselho Gestor da APA do Sana, o Conselho Municipal*  
214 *de Ambiente de Macaé e o INEA, e esses poderão contribuir com os proprietários do*  
215 *Sítio Bambu na gestão de propostas com equidade de valor econômico no local de*  
216 *intervenção e cobrança para que essa justifique com ações de conservação e preservação*  
217 *do ambiente da propriedade em questão. O Sr. Presidente frisou que é necessária a*  
218 *participação de todos para saberem o que está acontecendo, inclusive sua pessoa visitou*  
219 *o local e viu as melhoras feitas. É importante todos verem e visitarem para não haver de*  
220 *repente uma cobrança de duzentos ou quinhentos reais. Ressaltou a vinda de todos para*  
221 *este debate. Maria Inês saudou todos e disse que está representando o Comitê de Bacias*  
222 *Hidrográficas e também o Programa de Pós-Graduação de Engenharia Ambiental do*  
223 *Instituto Federal Fluminense. Agradeceu o Vereador Dr. Márcio Bittencourt pelo convite*  
224 *ao Comitê e falou que com relação à questão dos impactos, como recebeu o convite na*  
225 *sexta-feira, não houve tempo hábil de convocar o colegiado do Comitê para apreciação e*  
226 *para convocar a participação popular para a gestão das águas. Disse que o que está sendo*  
227 *colocado é apenas um ponto de vista técnico da Coordenação do Programa de Pós-*  
228 *Graduação associada à Presidência do Comitê que é sua pessoa e o Técnico Afonso*  
229 *Henriques, da EMATER, que acompanharam essa questão do Sana. Ressaltou que o*  
230 *Comitê destinou esse projeto, que foi apresentado por um dos membros da sociedade civil*  
231 *do Comitê. Então, o projeto foi proposto para que eles apoiassem a monitoria já que em*  
232 *dois mil e treze, e quatorze, o Poder Público estava com dificuldade de conseguir esses*  
233 *monitores. Portanto, foi o Comitê de Bacias que por cerca de doze meses apoiou esse*  
234 *projeto, por isso entende a importância desse trabalho de Monitoria Educação Ambiental.*  
235 *Explicou que é no Comitê de Bacias, Parlamento das Águas, deve mediar os conflitos*  
236 *pelo uso da água e do território a ela associado, e nesse contexto percebe-se o conflito*  
237 *instalado entre o bem público (meio ambiente, água, biodiversidade) versus usos privados*  
238 *desses recursos que são os fins recreativos, e isso causa um impacto. Relatou que cerca*  
239 *de oitocentas pessoas circulam por dia naquelas trilhas, que acabam causando impactos*  
240 *na biodiversidade e nos recursos hídricos. Disse que já conversou com alguns*  
241 *participantes e informou que o Comitê de Bacias tem propostas para utilizar o Projeto*  
242 *Bambu. A primeira proposta é que haviam recomendado que procurassem a Secretaria*  
243 *para fazer uma simulação junto ao Portal do INEA e com as características do Projeto*  
244 *Bambu, simular como ficaria o licenciamento ambiental desse empreendimento e se for*  
245 *inexigível, deveria solicitar outras medidas compensatórias similares a um projeto de*  
246 *licenciamento ambiental como por exemplo, monitoramento de qualidade da água. Esse*

Página 6 de 14

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº, Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmimace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmimace.rj.gov.br)

Taquígrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

247 é o posicionamento do Comitê e que gostaria de estreitar os laços para mediar essas  
248 questões. Citou o Hotel Cataratas com o Parque Nacional do Iguaçu, que recebem milhões  
249 de visitantes por mês, e se não fossem eles, já teriam detonado as Cataratas. Leonardo  
250 Anderson iniciou cumprimentando todos e comentou a fala do Alexandre, quando fala  
251 sobre o turismo predatório e da questão do Bruno, ao mencionar a mão de obra local.  
252 Disse que existem modelos, isso é, *cases* de sucesso no mundo todo, Brasil todo que hoje  
253 são referências como Serra do Cipó, Bonito, que podem ser adotadas como referência. É  
254 esse momento de grande importância para o Sana e para esta Cidade pegar a expertise de  
255 cada um, e adotar o melhor modelo para a exploração sustentável e conservação de forma  
256 ordenada. Reforçou, dizendo: “não explora o turista, explora o turismo”. Ressaltou que  
257 precisam criar condições de segurança, porque estão lidando com vidas e isso é coisa  
258 séria. Enfatizou a questão da qualidade no atendimento, porque o turista que via no  
259 passado era um turista predatório. Disse que tem conversado com a Secretaria de Meio  
260 Ambiente, o que tem acontecido hoje na Bicuda é o ônibus de turismo tipo predatório,  
261 com “churrasqueira”, um turista que acaba afugentando o turista que vem a lazer, que  
262 curte a natureza, que curte atrativos naturais. Enfatizou a importância do modelo que é  
263 adotado em todo país, que gera emprego para os jovens da localidade com possibilidade  
264 da inclusão social. Comentou que o Sana hoje é uma referência em todo o Brasil, pois  
265 várias veiculações do Ministério do Turismo sempre se direcionam ao Sana. Colocou a  
266 Secretaria Adjunta de Turismo para contribuir com todos, sugerindo à Dra. Aline da  
267 OAB, que pegue esses *cases* de sucesso, que hoje já funcionam no Brasil, porque precisa  
268 de todo esse movimento para revigorar o Sana com atrativo sustentável, que seja utilizado  
269 futuramente também como referência. Informou que na Cidade de Bonito, hoje, quase  
270 todas as propriedades são particulares e eles exploram de forma sustentável e organizada.  
271 Falou que o Turismólogo, Erick, já fez alguns treinamentos com um Projeto chamado  
272 “Bem Receber”. Agradeceu a oportunidade. César Romero saudou todos e disse que  
273 esteve nesta Casa por quatro anos e hoje está representando o Sana. Reforçou o trabalho  
274 realizado na Base Operacional do Sana, onde sua pessoa assumiu desde o dia primeiro de  
275 janeiro. Abordou alguns dados dizendo que de janeiro a fevereiro de dois mil e dezesseis  
276 foram vinte e sete mil e cento e nove visitantes e, no mesmo período de dois mil e  
277 dezessete foram vinte e seis quinhentos e oitenta e oito, sendo que de janeiro deste ano  
278 até hoje foram trinta e quatro mil visitantes. Falando sobre Carnaval, que é o período de  
279 maior fluxo de turista, o de dois mil e dezesseis foram oito mil e duzentos e cinquenta e  
280 seis visitantes, e o deste ano foram três mil seiscentos e vinte e um. Informou que a Base  
281 Operacional faz é seguir a Resolução 004, retendo todo o material, um trabalho realizado  
282 de sete da manhã às dezessete horas. Falou que perdeu alguns monitores, contudo, tenta  
283 fazer um bom trabalho, lembrando que a Resolução não é uma Lei. No entanto, com uma  
284 nova filosofia de se apresentar e falar com o turista, está funcionando muito bem.  
285 Agradeceu a toda equipe do Alexandre Hadad, ressaltando que a parceria está sendo um  
286 sucesso, porque um ajuda o outro. Foi colado um rádio na entrada do Sítio Bambu para  
287 evitar manifestações contra a Resolução. Reforçou que cumpre o que é para ser cumprido

Página 7 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

288 que é a Resolução 004/2010. Fez convite a todos que quiserem conhecer a Base, que irá  
289 entrar numa reforma, onde serão feitos vários Projetos, como o do Horto, Estufa de Muda,  
290 Horta Medicinal, e será feita uma integração com o Sítio Bambu e colégios, com objetivo  
291 de aumentar o movimento. Agradeceu a todos. O Vereador Dr. Luiz Fernando saudou  
292 todos. Comentou que não tem opinião formada se deve cobrar ou não taxa. Discordou de  
293 sua colega da OAB, dizendo que o princípio da razoabilidade cabe e se encaixa em todas  
294 as situações. Os produtores rurais são responsáveis pelo alimento na nossa mesa. No caso  
295 específico do Sana é visitação. Foi citado o turismo da Bicuda, que no Frade não é  
296 diferente, as pessoas para terem acesso à cachoeira, cortam a cerca onde bem entendem,  
297 criando uma passagem. Depredar o que é do outro é vandalismo, sendo que lá é  
298 propriedade particular. No entanto, o turista vai à cachoeira fazer churrasco, deixa o fogo  
299 aceso, vai queimar o bambuzal, e quem vai responder é o proprietário. *Como é esse*  
300 *turismo? Com falta de respeito? Com vandalismo?* Reconhece que existe o pacto  
301 ambiental, mas o pacto maior fica para o proprietário, pois é ele quem vai ser multado, é  
302 ele quem vai responder pelo problema, não o cidadão que foi lá e deixou o mau feito e  
303 ninguém sabe onde ele mora. Então, organizar a presença do Poder Público é muito  
304 importante, porém tem certeza de que ele não tem material humano para fiscalizar a  
305 Região Serrana: Bicuda, Frade, Glicério e o Sana. Portanto, essa coisa de propriedade  
306 deixar de ser absoluta, que o que está na Lei, mas ser relativo fugiu ao princípio da  
307 razoabilidade. Disse que é necessário ser razoável nas atitudes, nas decisões, porque tem  
308 que tomar uma posição. Frisou que tem coisa que tem dificuldade de entender, pois se  
309 não demarcar o limite que as pessoas têm que ter, considera isso coisa de berço. *Por que*  
310 *o produtor rural tem que apagar o fogo que alguém deixou?* Ressaltou que fala do  
311 produtor rural de um modo geral, não está advogando em causa própria, dizendo que não  
312 concorda com o fato de chegar um ônibus, descerem todos, mesmo tendo uma porteira de  
313 acesso, a pessoa vai ao lado e corta cerca, e o produtor rural que cria boi, o animal vai  
314 para a pista, colocando em risco uma família, sendo que o ônus vai para o produtor rural,  
315 que tem que cuidar, preservar, isso é, todo o ônus é dele. Enfatizou que isso precisa ser  
316 analisado e refletido, precisa rever e discutir os conceitos com todos os responsáveis e  
317 envolvidos, porque se o produtor rural tiver que arcar com todos os custos, não contem  
318 com sua pessoa. O Vereador Alan saudou todos, parabenizando o Vereador-Autor desta  
319 Audiência Pública. Explicou que não é conhecedor desta causa, mas é importante ressaltar  
320 a questão, dizendo que é necessário encontrar um bom senso. Frisou o trabalho do César  
321 Romero. Quanto à questão de cobrar ou não cobrar, disse que esta Casa precisa fiscalizar.  
322 Agradeceu o proprietário do Sítio Bambu pelas dúvidas esclarecidas, a OAB e aos  
323 moradores do Sana que se encontram presentes. Marcelo Puertas, falou que representa o  
324 Vereador Marcel Silvano, porém fala enquanto militante ambiental, que sempre levantou  
325 as primeiras bandeiras em Macaé e citou o acesso ao Pecado, atuou por muitos anos no  
326 Conselho de Meio Ambiente, chegando a Vice-Presidente, lembrando aos colegas  
327 servidores o tempo em que trabalharam juntos. Parabenizou ao Vereador Dr. Márcio  
328 Bittencourt por trazer este debate. Disse que a Serra precisa desse espaço, pois está muito

Página 8 de 14





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

329 abandonada. Quanto à questão ambiental, disse que o Poder Público não dá conta de gerir  
330 sozinho toda essa responsabilidade e, na maioria das vezes, ele não tem vontade política.  
331 Falou que pouquíssimos Vereadores desta Casa fazem esta pauta e, por isso, parabenizou  
332 os Vereadores Alan e Marvel e comentou que seria interessante suas presenças também  
333 nas reuniões no SANAPA, entender aqueles conflitos, ajudar a organizar. Voltando à  
334 situação ambiental, acha um absurdo que até hoje ser dependente, não ter direito a  
335 executar seu orçamento inteiro, e isso não é desta gestão, isso é histórico. O orçamento já  
336 é pequeno e acaba tendo que usar recursos do Fundo Ambiental, enquanto eles deveriam  
337 ser usados para projetos voltados para a recuperação do Meio Ambiente. Ressaltou a  
338 importância de o Vereador Dr. Márcio Bittencourt ter convocado esta Audiência e pediu  
339 que a questão seja levada ao Prefeito, pois a geografia de Macaé é belíssima, e o Secretário  
340 de Ambiente enfatizou o potencial do Sana. Sobre o fato de cobrar ou não cobrar,  
341 reconhece que não é adepto a propriedades privadas nesse caso, no entanto, o Poder  
342 Público não dá conta, ficando uma lacuna e dando espaço às iniciativas privadas.  
343 Confirmou que o turismo do Sana precisa ser qualificado. Citou algumas denúncias,  
344 dizendo que é o turismo das drogas, o pessoal cheira pó na Pracinha da Igreja, acontecem  
345 mortes e assassinatos, portanto, precisa ser moralizado e que o Poder Público ocupe seu  
346 espaço junto com os proprietários privados. Cristiano, Presidente da Associação dos  
347 Moradores do Sana, parabenizou e agradeceu ao Vereador Dr. Márcio Bittencourt pela  
348 preocupação em abordar assuntos relacionados ao Sana, que por vezes fica esquecido e  
349 por outra, como disse a doutora, o Poder Público não consegue atender todas as demandas,  
350 mas é necessário que isso mude com o início dessa Audiência Pública. Quanto aos  
351 assuntos abordados sobre o Sana, um deles foi o desemprego e a iniciativa do Sítio Bambu  
352 contemplou vinte jovens, dando-lhes novas perspectivas. Na questão de minimização do  
353 impacto ambiental, o controle do fluxo turístico foi muito importante, apesar de a Base  
354 Operacional de Meio Ambiente fazer um bom trabalho, mas o Poder Público não  
355 consegue cobrir de maneira ampla, e essas bases que estão sendo instaladas têm  
356 favorecido, através da SEMA e do Sítio Bambu. Explicou que esse trabalho de  
357 monitoramento ambiental foi através da Pequena Semente, sendo que essas entidades  
358 sempre se preocuparam com a questão ambiental. Deixou claro, tanto na questão política,  
359 quanto na ambiental do Sana, informou que atuou como monitor ambiental de dois mil e  
360 cinco a dois mil e onze e por mais um ano ocupou o cargo de coordenador da Base  
361 Operacional de Ambiente, contribuindo para alguns projetos. Esclareceu que antigamente  
362 o fluxo turístico se concentrava nos feriados e agora as pessoas acham que ele diminuiu,  
363 porém não é isso que aconteceu, apenas o fluxo foi diluído nos finais de semana.  
364 Agradeceu o Leo Anderson pela parceria e o parabenizou pelo trabalho que tem feito  
365 desde quando ele ingressou, elevando o Sana para um outro patamar, o que é notável em  
366 vários momentos. Com relação à cobrança, disse que aguarda uma resposta da OAB.  
367 Falou que entende que a Lei vem para moldar e contribuir para uma sociedade melhor, e  
368 perguntou o que seria uma sociedade *melhor*? *Se retirar a cobrança, vai deixar o meio*  
369 *ambiente acabar? A sustentabilidade acabar? O Poder Público vai conseguir amparar?*

Página 9 de 14

Palácio do Legislativo Natálio Salvador Antunes  
Rodovia Christino José da Silva Júnior, s/nº. Bairro Virgem Santa  
Macaé-RJ. CEP: 27.948-010

Telefone/Fax (022) 2772-4681

E-mail: [secretaria@cmmace.rj.gov.br](mailto:secretaria@cmmace.rj.gov.br)

Taquigrafa Legislativa: Maria de Fátima Ferreira Maissner  
Revisora: Rosângela Vasconcelos Tavares



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011

TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

370 Por isso, pediu um pouco de cuidado não só com o Meio Ambiente, mas com as vidas  
371 que lá estão. Em Questão de Ordem, o Vereador Dr. Eduardo pediu para verificar se a  
372 parte que estava dedicada à plateia foi cancelada e voltou para a Mesa, pois em caso de  
373 confirmação, pediu para se inscrever. O Sr. Presidente respondeu, confirmando que o  
374 Vereador Dr. Eduardo está inscrito. Adriano, tem uma propriedade no Sana há quase  
375 quinze anos, falou que de uma certa forma é a favor da cobrança, mas vê algumas pessoas  
376 preocupadas com relação à geração de emprego, com a preservação do meio ambiente e  
377 geração de turismo, mas ainda não entendeu por que esse trabalho não é realizado por  
378 uma organização sem fins lucrativos, pois acha que têm coisas que não devem ser  
379 cobradas, ou se forem cobradas teria que ser como uma simbologia para fazer o controle,  
380 com o intuito de manter a preservação e a geração de emprego daquela área. Falou que  
381 tem um rio que passa pela sua propriedade, com cachoeira que é visitada pelos turistas, e  
382 não cobra, no entanto, permite que as pessoas visitem. Colocou placas no seu sítio para  
383 tentar fazer o mínimo de educação ambiental, conversa com as pessoas, e acha que isso  
384 merecia uma questão social, e não uma cobrança com fins lucrativos, voltado apenas para  
385 a manutenção da área, porque têm coisas que não devem ser cobradas, inclusive a  
386 educação do povo que vai e destrói, não é culpa do proprietário. Disse que esses recursos  
387 devem ser cobrados de forma sustentável, não gerando lucros. Sugeriu um acordo para  
388 que seja feita a cobrança por uma instituição sem fins lucrativos, somente para fazer com  
389 que toda a preocupação seja atendida, a de geração de emprego, de sustentabilidade do  
390 local, meio ambiente e turismo. Carlos Jerônimo, pesquisador da UERJ e do Programa de  
391 Pós-Graduação de Meio Ambiente, falou que acredita que seja esclarecido pela  
392 Procuradoria Geral do Município um conflito, perguntou se existe essa Lei Estadual que  
393 dá esse acesso em seu Artigo I, ela contraria o SNUC, que no caso das APAs, coloca-se  
394 sobre as mãos dos proprietários de áreas particulares controlar suas áreas e ao Poder  
395 Público simplesmente fiscalizar, já as áreas públicas devem ter o controle do Poder  
396 Público, tanto um quanto o outro deve respeitar o plano de manejo e zoneamento  
397 ambiental e se existente, porque se não existir um plano de manejo e zoneamento não  
398 existe APA, não existe nenhum tipo de restrição. Portanto, acredita que deva ser  
399 esclarecido entre a Lei Federal e Estadual. Além disso, o Parágrafo I do Artigo I cita o  
400 caso de montanhistas e esportistas para acesso a esses atrativos específicos o Parágrafo 2  
401 do Artigo I é aquele que contraria o SNUC, porque coloca na mão do Poder Público para  
402 fazer esse controle. O Vereador Dr. Eduardo saudou todos e parabenizou o Vereador Dr.  
403 Márcio Bittencourt pela realização da Audiência Pública. Confirmou que tem juízo  
404 formado a esse respeito, porém tem algumas dúvidas, por exemplo, nesta Audiência  
405 Pública veio muito cacique e pouco índio. Perguntou se havia alguém na plateia que  
406 organiza excursão para as Cachoeiras no Sana, que leva o morador do Botafogo, das  
407 Malvinas, da Imbetiba. Ressaltou, então, que estava numa Audiência Pública direcionada  
408 e entende que o bem maior que a Doutora falou foi o conflito entre o bem público e o uso  
409 privado, e entende que o mal entre os dois bens é a satisfação do cidadão. Citou o exemplo  
410 de Imbetiba, que após a chegada da Petrobras, surgiu o churrasquinho na porta e o funk.

Página 10 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

411 e sua pessoa convive muito bem com isso, senta-se junto com as ambulantes, bate-papo  
412 com a rapaziada, não se incomoda com isso. Disse que vê essa população que talvez faça  
413 esse turismo "predatório" feliz em Imbetiba. Enfatizou que não sabe quanto vale isso para  
414 um cidadão que vive em estresse no seu dia a dia. Comentou com o Adriano que gostou  
415 muito de sua fala, porque impedir que um cidadão usufrua de um bem público, fica difícil  
416 mensurar isso, mas respeita o proprietário. Comentou que acima de tudo isso está o  
417 cidadão que trabalha o dia inteiro e não tem direito para ir ao Maracanã, nem ir ao  
418 restaurante, o que ele tem é banho na cachoeira ou churrasquinho em Imbetiba. Disse que  
419 está faltando na Audiência é ouvir o lado do cara que vai lá e paga, pode chegar na  
420 cachoeira, por isso acha que ela ficou muito prejudicada. Marcelo Gonçalves Lopes,  
421 diretor executivo do Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente, lembrou a todos que  
422 desde mil e novecentos e noventa e cinco, ano de fundação da ONG, a área nunca ficou  
423 carente, sempre teve um grupo presente tomando conta, trabalhando com todas as  
424 desavenças, nunca deixaram a área sem cobertura, isso é, sem educação ambiental, sem  
425 ter manejo de trilhas, e os impactos que poderiam ter sido maiores, sempre foram  
426 protegidos por esse grupo, por pessoas que ajudaram. Frisou que é um nome que não está  
427 sendo falado, e que as pessoas tentam esconder. Falou que tem um projeto em andamento,  
428 que está engavetado, que não sabe o motivo de não ter sido colocado em prática. Reforçou  
429 que o Pequena Semente sempre atuou e atua no local. Disse que faz esse trabalho  
430 educação ambiental toda vez que vai às cachoeiras, sobe e desce pelo rio conversando  
431 com as pessoas, não é contra a cobrança, mas não é a favor do jeito que ela está sendo  
432 feita. Confirmou que apoia o Adriano em tudo que ele falou, poderia ser feita de alguma  
433 outra forma. Explicou que está sendo visado o Vale do Peito do Pombo, mas está sendo  
434 esquecido São Bento, Andorinha, Cabeceira e várias outras áreas que estão sendo  
435 atacadas e depredadas sem nenhum conhecimento, só as pessoas que moram nesse local  
436 sabem está falando. Tainá, representando o Vereador Maxwell Vaz que já foi Secretário  
437 de Ambiente e, atualmente, é Presidente da Comissão de Meio Ambiente nesta Casa e  
438 tem conhecimento da situação do Sana, relatou que já foi moradora do Sana por dez anos  
439 e tudo o que foi falado está ciente, conhece o trabalho do Alexandre, do Márcio que tem  
440 um trabalho importantíssimo no Sana. Comentou as duas questões abordadas por Dra.  
441 Aline, ressaltando que o interesse do Poder Público é de preservar. Na sua opinião, o que  
442 vale mais é a preservação, porque se for depredado, futuramente, *quem vai poder utilizar?*  
443 *Se tiver o controle, como vai haver o turismo?* Reforçou que o Poder Público não  
444 consegue chegar no local de maneira satisfatória, existem outras cachoeiras no Sana que  
445 não são famosas e não tem controle nenhum. Portanto, seu questionamento é saber como  
446 fica a sugestão dada pelo Poder Público presente e o que vai ser feito a partir de agora,  
447 porque existem várias outras cachoeiras. O Sana por si só, já é uma área de conservação  
448 ambiental. Sugeriu que haja mais união, pois está vendo dois lados que se preocupam,  
449 que têm boa intenção com o local. Reforçou a importância de o Poder Público trabalhar  
450 em conjunto com os proprietários do Sana, alcançando assim bons resultados. Dra.  
451 Mariana esclareceu com relação à cobrança, que o Artigo 34 da Lei do SNUC - Sistema

Página 11 de 14





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO**

452 Nacional de Unidades de Conservação autoriza essa cobrança e citou o exemplo da  
453 cobrança no Parque Itatiaia. Embora exista uma previsão legal, pode utilizar o Artigo  
454 citado, com base nos princípios gerais, pode ser utilizado por analogia. Isso pode ser feito,  
455 pois como já foi dito, o proprietário responde por danos ambientais que forem causados.  
456 Com certeza vai ter que ter autorização do Público. Entendeu, portanto, que pode haver  
457 cobrança com base nesses fundamentos. O importante é se unir e chegar a um bom senso,  
458 porque essa é uma das formas que pode dar acesso à população às cachoeiras, existem  
459 outras como desapropriação, porém não sabe se é viável, tem que avaliar o interesse. O  
460 Vereador Marvel disse que também não é conhecedor de causa do Meio Ambiente, nem  
461 de sua prática frequentar o Sana, por isso preferiu ouvir todos os envolvidos para entender  
462 um pouco dessa situação. Parabenizou o Vereador Dr. Márcio Bittencourt por essa  
463 Audiência. Comentou que acha muito importante essa conversa com o Judiciário,  
464 Ambientalistas, ONGs e moradores, todos querem de comum acordo o bem do Sana.  
465 Relatou que ficou preocupado com a fala do Dr. Eduardo na questão de deixar a  
466 população ter o seu bem-estar no dia a dia, embora reconheça que eles precisam de lazer,  
467 mas é preciso que isso seja controlado. Em aparte, o Vereador Dr. Eduardo questionou se  
468 vão fazer o controle social, quem pode pagar entra e quem não pode não entra, vai fazer  
469 uma discriminação do turista, quem tem dinheiro pode, quem não tem não tem direito ao  
470 lazer, essa é a preocupação sua. Aline falou que o valor proposto tem que ser módico,  
471 isto é, representativo. O Vereador Dr. Eduardo disse que pode controlar também pela  
472 quantidade de pessoas que terão acesso por dia, a preços módicos, caso contrário, se o  
473 proprietário colocar cem mil pessoas a preço módico, não vai conseguir controlar. O  
474 Vereador Marvel comentou que sua preocupação foi associação que o Presidente da Casa  
475 fez entre Imbetiba e Serra. No primeiro, o Poder Público é atuante, o que não acontece na  
476 Serra infelizmente. Frisou que está feliz com a presença de representantes do Poder  
477 Público como Secretário de Turismo, também de Meio Ambiente. Falou que acredita que  
478 esse segundo governo de Dr. Aluizio, que está iniciando, está preocupado com essa  
479 situação. Na sua visão, acha que tem que ter um comum acordo entre proprietários e todos  
480 os envolvidos. Enfatizou que esteve na Bicuda e presenciou uns dez a doze focos de  
481 churrasco, considerou isso uma total falta de responsabilidade ambiental do turismo, se  
482 houvesse a presença de fiscais, com certeza iriam conscientizar a população. Sugeriu que  
483 o Poder Público e o Meio Ambiente ir às cachoeiras e façam churrasqueiras em  
484 determinados locais, se isso for permitido. Deixou claro que sua preocupação é com um  
485 Meio Ambiente sustentável. Adriano completou sua fala dizendo que não resolveu a  
486 situação ainda, para quem mora na beira de rio, isso sempre acontece e acaba tomando as  
487 decisões de acordo com as demandas. Se sua pessoa decidiu gastar do seu bolso para  
488 colocar uma placa, é porque acha que compensa, melhor do que ficar limpando depois,  
489 contudo, se houver necessidade, fará. Ressaltou que às vezes não consegue controlar a  
490 situação, feriado é problemático para sua pessoa, mesmo assim não acha que tudo tem  
491 que ser cobrado. O Sr. Presidente disse que esteve nas Cachoeira do Sana com sua equipe,  
492 comunicando aos próprios banhistas e todos os que estavam: Alexandre, Márcio Tororó,

Página 12 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**

**Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011**

**TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO**

493 reuniu com eles, portanto, fez questão de ir lá para que todos ficassem informados. Dr.  
494 Eduardo falou que iria deixar a frase do poeta: “a gente não quer só comida, a gente quer  
495 comida e diversão” Tudo isso faz parte do cidadão trabalhador macaense e cidadão  
496 brasileiro. Alexandre achou interessante esta Audiência, porque o Sana não só resume a  
497 cachoeiras. Informou que estão cobrando cinco reais de entrada, mas teria que ser dez,  
498 porque nenhuma cachoeira hoje cobra menos que dez, fez levantamento e é o menor valor  
499 que existe, obviamente ainda estão no primeiro momento implantando banheiros, pois  
500 sem eles não pode ter visitação, e estão recebendo em torno de três a quatro mil visitas.  
501 A população do Sana, cadastrada, não vai pagar o acesso, pois graças a essa população  
502 que conseguiram manter tudo isso por vinte anos, estão isentando os de sessenta,  
503 servidores do município e do estado, bombeiros e Defesa Civil. Estão criando  
504 autossustentabilidade no local. Quando chove no Sana, eles bebem água podre, porque  
505 essa água foi desviada do Peito de Pombo, na época isso foi um crime, não pediram e  
506 colocaram canos. O SANAPA instituiu que deveriam recolher as águas de nascente e  
507 distribuir pelo Sana. Falar sobre segurança é um absurdo, disse que há quinze dias  
508 mataram um. Sobre infraestrutura, não tem pontes, praça, a estrada, os serviços de luz e  
509 telefone para variar nunca funcionam. Frisou que hoje tem que controlar esse acesso,  
510 porque vai ser muito difícil continuar do jeito que está, sem ter um acidente grave. Márcio  
511 Tororó deixou claro que não é contra cobrança, sustentabilidade depende de economia,  
512 porém, em se tratando de um bem de interesses público e social, entende que tem que  
513 constituir uma comissão composta por proprietários, empresários, organizações não  
514 governamentais e pelo Poder Público. Falou que entende que tenham que constituir um  
515 Fundo, porque ali é uma fonte de renda, que deve ser gerido para atender a programas de  
516 desenvolvimento socioambientais dentro das unidades de conservação. Ressaltou que há  
517 dezessete anos perdeu sua visão, mas é um homem feliz, porque está vendo um legado  
518 ainda em vida que implantou e está sendo realizado. Falou que o trabalho tem que ser  
519 feito. Todos esses jovens que estão trabalhando são cria de sua, aprenderam com ele  
520 dizendo “façam bem feito como tem que fazer”, mas não desrespeite a sociedade ou o  
521 trabalhador comum, porque mesmo com sua deficiência pôde ver um chefe de família,  
522 com cinco filhos, brigando com sua esposa, porque teve que pagar e não teria dinheiro  
523 para o almoço e ainda teriam que pagar a passagem de volta. Não pode haver  
524 discriminação social, ordenar e organizar é dever de cada um junto ao Poder Público.  
525 Falou que existe uma ilusão de visão física, não esquecendo de que não é dono de nada e  
526 sim filho do Dono, que é um só e superior a todos, sendo que um dia todos prestarão  
527 contas: “e que Deus nos abençoe”. O Sr. Presidente agradeceu a todos, reforçando que é  
528 titular da Comissão de Meio Ambiente, informando que esta Audiência será encaminhada  
529 aos órgãos competentes. O Vereador Dr. Eduardo teceu elogios ao Sr. Presidente pela  
530 condução da Audiência, dizendo que ele se saiu brilhantemente, controlando com rigidez  
531 os horários, sendo um assunto tão interessante, porque dizer que Macaé tem vocação  
532 turística é mentira, sua vocação turística e somente na Serra. As praias de Macaé não são  
533 lindas, ninguém sai do Rio ou de Búzios para vir à praia em Macaé, então preservar a

Página 13 de 14



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
Macaé Capital do Petróleo  
Lei Estadual nº 6081 de 21.11.2011  
TAQUIGRAFIA  
REVISÃO-REDAÇÃO

534 Serra é a única vocação turística que Macaé tem, e sua pessoa é macaense apaixonado. O  
535 Sr. Presidente disse que também não é contra, nem a favor da cobrança, mas queria trazer  
536 para discussão. Frisou que foi ao Peito do Pombo, portanto, é arriscado liberar duzentos  
537 a trezentos pessoas para irem lá. Fez elogio porque foi antes e depois de estarem tomando  
538 conta. Por isso, a importância de participarem e o Poder Público tem que dizer o valor  
539 que deve ser cobrado e precisa saber a contrapartida do proprietário, verificando todas as  
540 possibilidades e o local para discutir é esta Casa. Agradeceu ao Vereador Dr. Eduardo por  
541 como ele o inspira; com ele e com os Vereadores mais antigos está aprendendo muita  
542 coisa que não sabia. Quem vive nesta Casa o dia a dia aprende muita coisa. Fez questão  
543 de ir visitar a Serra para poder opinar, mas sua pessoa não é o dono da verdade. Ressaltou  
544 a importância dos representantes do Órgão Público e dos proprietários nesta discussão,  
545 para não ser surpreendido futuramente por estar fazendo errado, não por má fé, mas por  
546 não saber. Agradeceu a todos que se deslocaram do Sana e outras da Cidade para  
547 participarem desta Audiência Pública e que o assunto será encaminhado para os Órgãos  
548 competentes para resolver essa questão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente,  
549 em nome de Deus, encerrou a Audiência Pública, determinando a lavratura da presente  
550 Ata, Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, em nome de Deus, encerrou a  
551 Sessão, determinando a lavratura da presente Ata, conforme segue, regimentalmente  
552 assinada, estando a gravação integral da Sessão à disposição em meio digital.